



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N° DE 2019
(Do Sr. Glauber Braga e da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de audiência pública desta comissão sobre o desmonte da educação pública, caracterizado por cortes orçamentários e perseguição política dos profissionais da educação.

Sr. Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, III, 117, VIII, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública sobre o desmonte da educação pública, caracterizado por cortes orçamentários e perseguição política dos profissionais da educação com vistas a subsidiar os debates sobre propostas recentes anunciadas pelo Ministro Abraham Weitraub de Contingenciamentos Orçamentários na educação, buscando alternativas que promovam a equidade vertical.

Para tal reunião requero que sejam convidados:

1. Eblin Farage - ANDES;
2. Pedro Rosa - FASUBRA
3. Luiza Foltran - Secretaria Executiva de Direitos Humanos da UNE
4. Representante da ANDIFES

JUSTIFICAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024) aprovou a aplicação de, no mínimo, 10% do PIB em educação até 2024. Este número nunca ultrapassou os 6% e após a EC95, há ainda mais limites para que a meta 20 do PNE seja garantida, apresentando um cenário de grande e severas preocupações no que se refere a consolidação de uma educação pública que atenda a maioria da juventude, na sociedade brasileira.

Os recentes contingenciamentos do ministério da educação, cerca de 40% na educação básica e 30% na educação superior, acabam por inviabilizar a educação pública, a produção de pesquisas e a garantia de acesso e permanência das crianças e jovens nas respectivas instituições educacionais. Como agravante soma-se o fato dos concursos públicos terem sido suspensos o que acaba por reforçar o caráter de desmonte da educação pública, que já se encontra numa situação limite de funcionamento.

De acordo com pesquisa realizada por Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), foi possível provar que estes cortes atingem a grande maioria da população, os mais pobres e não brancos, já que são estes que compõe a maioria das universidades federais hoje.

Segundo o levantamento, 26,61% dos alunos têm renda de até meio salário mínimo, 26,93% de até um salário mínimo, e 16,61% de até um salário e meio, totalizando 70,2%. Em 2014, quando foi feita a última pesquisa, eles eram 66,2%. A pesquisa mostrou, que 30% dos alunos participavam de algum programa do tipo. Eles recebem principalmente assistência em alimentação, bolsa permanência, transporte e moradia. O levantamento reforça que é errada a visão de que as universidades federais são frequentadas majoritariamente pelos mais ricos.

Por cor, pardos e pretos somados são, pela primeira vez, mais da metade dos alunos, representando 51,2% do total. Ainda assim, isso está abaixo da média da população brasileira, em que esse índice é de 60,6%. Outro dado da pesquisa mostra que 60,4% dos alunos fizeram Ensino Médio exclusivamente em escola pública, frente a 60,2% em 2014. Em 2003, eram 37,5%. Se incluídos também aqueles que passaram mais tempo na rede de educação pública do que na privada, o índice sobe para 64,7% em 2018.

Para, além disso, há uma evidente intenção em desprestigiar áreas da ciência, denominadas, ciências humanas, tidas como não capazes de possibilitar “retorno imediato” para o conjunto da sociedade.

No que se refere a educação básica, a apesar do discurso de privilegiar esta etapa da formação em detrimento do ensino superior, somente do programa de apoio à infraestrutura de escolas do ensino básico, foram congelados R\$ 273,3 milhões, cerca de 30% do total destinado. A verba é usada na manutenção, reforma e mobiliário das unidades escolares. 132,6 milhões de reais alocados para apoiar essa etapa escolar também foram cortados pelo MEC. Inclusive creches e pré-escolas, também foram incluídas nos contingenciamentos: R\$ 15 milhões estão congelados do programa de manutenção da educação infantil (15,7% do total programado). Em outra ação para implantação dessas escolas, a perda foi de R\$ 6 milhões (20% do total). A alfabetização de jovens e adultos também entrou na mira do MEC, com corte de R\$ 14 milhões dos R\$ 34 milhões previstos no orçamento. Um programa específico que promovia qualificação profissional entre esse público também sofreu corte, de 25% do total de R\$ 40 milhões.

Por fim, são alguns os casos relatados por docentes e educadores(as) sobre perseguição e controle da autonomia pedagógica, elemento garantido na LDB como uma das competências da ação docente. Por estas razões acima citadas, compreende-se a necessidade de convidar a comunidade envolvida, para uma audiência pública, com vistas a auxiliar na construção de uma política pública de educação, de acordo com os princípios constitucionais e da LDB.

Sala das Comissões, em de maio de 2019.

Glauber Braga

Deputado Federal – PSOL/RJ

Talíria Petrone

Deputada Federal – PSOL/RJ